PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2017-11-08	
O Secretário da Mesa	
Idália Salvador Serrão (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Idália Salvador Serrão (Assinatura Qualificada) Date: 2017.11.08 10:09:49 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 257 / XIII (3 .ª)

Assunto: Postura antidemocrática da Lundin Mining, presença e intimidação da GNR no piquete de greve dos trabalhadores da Sociedade Mineira de Neves-Corvo (SOMINCOR), Castro Verde

Destinatário: Min. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O PCP teve conhecimento de que a Unidade de Intervenção da GNR tem estado presente, como forma de intimidação, na greve em curso na Sociedade Mineira de Neves-Corvo, em Castro Verde.

A Direção da Fiequimetal, federação sindical onde está integrado o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira (STIM), tomou posição pública denunciando a presença da GNR numa postura de "inaceitável interferência, que tem como propósito limitar o normal funcionamento do piquete de greve". Mais afirma esta estrutura que tal presença e postura revela uma atitude "antidemocrática da Administração da Somincor e da multinacional *Lundin Mining*".

Importa afirmar que a multinacional *Lundin Mining* é apenas concessionária da exploração, tendo para tal, assumido compromissos com o estado português, o que o torna particularmente responsável quanto ao cumprimento do contrato de concessão e ao respeito cabal pelos direitos dos trabalhadores.

Estes trabalhadores estão em greve desde o passado dia 6 com uma forte adesão, apesar de todas as tentativas da empresa para procurar inviabilizar a ação do piquete, com recurso a cercas e portões, guardas e polícia de intervenção.

A Administração recusa-se a dialogar de forma efetiva com os trabalhadores e a responder às reivindicações dos trabalhadores, tais como:

- O fim do atual horário no fundo da mina;
- A humanização dos horários de trabalho;
- O estabelecimento de protocolo, entre a empresa e a Segurança Social, que permita a antecipação da idade de reforma dos trabalhadores adstritos às lavarias, pastefill, backfill e central de betão;
- A progressão nas carreiras, o fim das discriminações e a reposição dos direitos dos trabalhadores que resistiram à laboração contínua;
- A revogação das alterações unilaterais na política de prémios;
- O fim da pressão e repressão sobre os trabalhadores.

A mina de Neves-Corvo é uma exploração estratégica, esta mina tem uma importância central para a região e para o país, pelo que se exige que a multinacional Lundin Mining cumpra integralmente os direitos dos trabalhadores e responda às suas reivindicações.

Neste processo, o Governo nas suas várias tutelas (Economia e Trabalho) tem um papel fundamental para assegurar pressionar a multinacional e assegurar o cumprimento da lei e da Constituição.

Posto isto, com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o seguinte:

1. Que tipo de acompanhamento tem feito a este processo de recusa de diálogo da empresa na Sociedade Mineira de Neves-Corvo (SOMINCOR)?
2. Que mecanismos de fiscalização têm sido aplicados?
3. Como analisa e classifica a postura antidemocrática da multinacional com recurso a cercas e portões, GNR e polícia de intervenção?
4. Que medidas vai tomar para garantir o cumprimento da lei e da Constituição?

Palácio de São Bento, 7 de novembro de 2017

Deputado(a)s

JOÃO RAMOS(PCP)

RITA RATO(PCP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.